

Aprovada liberdade irrestrita de greve

BRASÍLIA — Numa surpreendente votação que conseguiu a unanimidade do plenário, a Comissão de Sistematização aprovou ontem a liberdade de greve, mantendo na íntegra o texto do relator Bernardo Cabral. Isso só foi possível porque a liderança do PMDB ameaçou os moderados e a direita com as emendas mais radicais do PT. Depois da votação, o presidente da CUT, Jair Meneghelli, aplaudiu ("era exatamente o que queríamos"), enquanto o senador-empresário Albano Franco explicou que "era pior arriscar com as emendas que existiam".

A diferença entre a legislação em vigor sobre a greve e o que foi aprovado no projeto constitucional é que atualmente o estado pode intervir nos movimentos grevistas e considerá-los ilegais. Isso ocorre com a maior parte das greves porque a lei é muito exigente para que uma greve seja legal. "A lei atual diz que o trabalhador tem o direito a greve, desde que cumpra uma quantidade absurda de exigências. Agora, estará consagrado na Constituição a liberdade de greve e não o direito", disse o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP).

Meneghelli explicou algumas das exigências contidas na atual lei de greve: os trabalhadores precisam fazer a votação em assembléias por escrutínio secreto e a aprovação do movimento só pode ser com o voto de dois terços. É necessário comunicar aos patrões com 10 dias de antecedência. Os trabalhadores de serviço considerado essencial e os funcionários públicos não podem fazer greve. Se qualquer dessas exigências não for cumprida, os Tribunais Regionais do Trabalho julgam a greve ilegal.

"Aí está a interferência do estado que começa quando o Ministério do Trabalho reconhece oficialmente o estado de greve e, logo em seguida, a mesma é julgada". O presidente da CUT disse que a liberdade de greve aprovada ontem dispensa qualquer lei complementar e acaba com a intervenção do estado, que não pode se pronunciar sobre os movimentos grevistas.

Articulação ameaçadora — O texto Bernardo Cabral sobre liberdade de greve começou a ser aprovado ainda na tarde de quinta-feira, quando o deputado Plínio Arruda Sampaio negociou com o líder do PMDB, Euclides Scalco, e os vice-líderes Antônio Brito, Nelson Jobim e Pimenta da Veiga a retirada de todas as emendas do PT se o PMDB assumisse o compromisso de aprovar na íntegra a proposta do relator. O PMDB aceitou o acordo porque as emendas do PT proporcionariam maiores avanços para os movimentos grevistas.

Euclides Scalco e Antônio Brito conversaram então com o líder do PFL, José Lourenço, e o senador Albano Franco. Explicaram que se os moderados do PMDB e o PFL não concordassem em votar o texto de Cabral, havia possibilidade de o PT aprovar suas emendas porque a própria liderança do PMDB acabaria votando com os petistas. Encurralados, Lourenço e Albano Franco aceitaram a negociação. Com isso, foi encaminhado à Mesa da Sistematização um pedido assinado por todos os líderes para que as 27 emendas ao artigo da greve fossem retirados.

O senador Fernando Henrique Cardoso, que presidia a sessão, consultou o plenário se todos concordavam com a retirada das emendas e houve unanimidade. Desta forma ficou aprovado o substitutivo Cabral sem nenhuma alteração. O PT tentou, depois disso, retirar o parágrafo 2º, mas foi derrotado no plenário. O artigo referente a greve ficou assim:

Art. 10 — É livre a greve, vedada a iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender.

Parágrafo 1º — Na hipótese de greve, serão adotadas providências pelas entidades sindicais que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo 2º — Os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis as penas da lei.

Emprego garantido para maior de 45 anos

BRASÍLIA — Quando a deputada Beth Azize (PSB-AM) anunciou seu voto, o 47º a favor da emenda José Lins, na reunião da Comissão de Sistematização, ontem, o plenário ficou silencioso, quase não acreditando no que havia sido aprovado. O voto da deputada amazonense introduziu no projeto constitucional a obrigatoriedade de todas as empresas com mais de 50 empregados manterem em seu quadro de pessoal pelo menos 10% de pessoas com mais de 45 anos de idade. "Um absurdo", reagiu o senador José Fogaça. "Inviável" comentou Fernando Henrique Cardoso "É bom, tudo que conseguirmos introduzir de avanço é positivo", justificaram Luís Ignácio da Silva, o Lula, e o líder do PCB, Roberto Freire.

A proposta do deputado José Lins foi incluída no capítulo dos Direitos Sociais como um artigo a mais, por 47 votos contra 37. Nem mesmo o deputado acreditava muito que sua emenda seria aprovada e sequer usou os cinco minutos a que tinha direito na tribuna para defender sua proposta. Se limitou a dizer que os velhos são discriminados nos empregos e que seria importante garantir na Constituição a obrigatoriedade de as empresas manterem-nos em seus quadros.

"Uma loucura" — Quando a votação começou era impossível identificar como os grupos ideológicos da comis-

são se comportariam. Ficou logo claro, pela bancada do PMDB, que não havia alinhamento desses grupos para votar. Votaram favoravelmente, entre outros, os deputados Fernando Lyra (esquerda) e Celso Dourado (moderado). Mas constituintes-empresários e de direita como Ricardo Fiuza (PFL-PE) também votaram a favor, ao lado de Lula, que entretanto não conseguiu o voto de seu único colega de partido na comissão, o deputado Plínio Arruda Sampaio. Plínio lamentou depois: "Me equivoquei".

Votaram contra a emenda, a liderança do PMDB, Antônio Brito e Nelson Jobim, por exemplo, junto com Carlos Sant'Anna, todo o PDS e ainda conseguiram votos do MUP, como o da deputada Rose de Freitas. "Uma loucura, parecia brincadeira", comentou o senador Fogaça, que perguntava: "Como será possível cumprir essa exigência? Se a minha empresa tem 50 empregados hoje, como é que faço, demito 10% para contratar 10% com mais de 45 anos? E se eu não encontrar pessoas com mais de 45 anos

que queiram trabalhar na minha empresa, estarei descumprindo a lei?"

Contra-dição — O líder pecebista, Roberto Freire, transfere para a lei ordinária que vai regulamentar a exigência constitucional a responsabilidade de traçar as normas. "É que nesse país tudo que se consegue de avanço para o trabalhador encontra reação. Argumentam que o país vive a quebrar, que vai haver demissão em massa. Tudo conversa, o que não querem é que o trabalhador tenha condições dignas e direitos que evitem a sua exploração. Nenhuma empresa vai quebrar com essa nova exigência", disse Freire, que também não escondia a surpresa com a aprovação da emenda.

Para o senador Albano Franco, o episódio foi "ridículo e colide com o que já está no projeto constitucional relativo aos direitos de igualdade. "Agora existe uma contradição, porque a emenda discrimina os jovens. Seguramente o plenário da Assembléia vai rever o absurdo e derrubar esse artigo". O mesmo pensa o senador Fernando Henrique Cardoso: "É uma exigência impossível de cumprir".



Fogaça



Cardoso